

# Discurso para a ocasião da Cerimônia de Outorga do Título de Professor Emérito a Kabengele Munanga

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.217701>

---

**Guilherme Moura Fagundes**

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
gmfagundes@usp.br | <https://orcid.org/0000-0003-2510-0465>

---

*Kabengele em nós.*

Para mim é motivo de enorme alegria e satisfação compor essa mesa de outorga de título de professor emérito ao meu mais velho: Kabengele Munanga. Há poucos meses, eu assumi a posição de professor doutor no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Atualmente, componho com a minha colega Silvana Nascimento a “Comissão Permanente de Ações Afirmativas do PPGAS-USP”, motivo que em parte justifica minha participação nessa mesa. Se a minha recepção na USP tem sido acolhedora e respeitosa, não tenho dúvidas de que devo isso justamente ao terreno aceirado pelo professor Kabengele e tantos outros, apesar de ainda poucos, negros, negras e negres que passaram pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais antes de mim. A eles e a elas, presentes, passados ou ausentes, e especialmente na figura do professor Kabengele, peço a benção para chegar.

Não é meu propósito aqui elencar as inúmeras contribuições de Kabengele à docência, ou sua invejável produção acadêmica. Afinal, diferente de grande parte das pessoas que nos acompanham nesta cerimônia, sejam os herdeiros e herdeiras diretas do pensamento de Kabengele ou mesmo colegas de departamento, eu não tive o privilégio de gozar de uma convivência mais contínua e dilatada com o nosso professor emérito. Apenas reitero que sua trajetória na USP revela a potência que pode haver no trânsito entre comprometimento acadêmico e ativismo em prol de

uma sociedade menos desigual e mais diversa.

Professor atento, Kabengele soube converter sua trajetória junto ao campo dos estudos africanos em uma abordagem renovada dos estudos afro-brasileiros. Pesquisador orgânico, fez do combate às desigualdades e da luta em favor das ações afirmativas o combustível de sua análise do racismo e do antirracismo. Orientador generoso, gestou e cativou uma plêiade de pesquisadoras e pesquisadores cuja atuação de alto impacto tem extrapolado os muros da universidade. Isso sem mencionar sua atuação pública em favor da elaboração e implementação da Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, além de suas manifestações formais junto a instâncias do judiciário e outras esferas do poder público; ou, ainda, às suas inumeráveis palestras e variadas formas de colaboração com células do movimento negro. O professor Kabengele tem parte de destaque na radical transformação que esse país passou na última década com a constitucionalidade e implementação da política de ações afirmativas nas universidades e demais órgãos estatais. É por tudo isso que o nosso agora emérito desponta entre as figuras de maior prestígio e reconhecimento público da Universidade de São Paulo.

Mas a outorga de mais este título a Kabengele Munanga extrapola o reconhecimento de sua trajetória, pois também acena para um novo horizonte aos docentes negros e negras no Brasil. Um horizonte no qual corpos racializados deixarão de ser minoria na docência. É justamente sobre esse último aspecto que eu gostaria de concentrar minha homenagem.

Sou graduado, mestre e doutor pela Universidade de Brasília, a primeira universidade federal a implementar o sistema de cotas raciais e para a qual o professor Kabengele também pôde oferecer sua inestimável contribuição. É sobretudo desse lugar de enunciação que eu posso posicionar meu tributo ao nosso emérito, qual seja: o de um jovem doutor gestado na trilha por ele aberta em favor da implementação das ações afirmativas no Brasil. Assim, ainda que brevemente, eu gostaria de me ater ao impacto que a presença do professor Kabengele Munanga representou para a minha geração, que foi a segunda geração de estudantes cotistas da graduação da UnB. Geração essa que acompanhou o nosso professor emérito em sua arguição na Audiência Pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal para garantir a constitucionalidade da política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da UnB. Peço licença a vocês para resgatar parte dessa história.

Pude ver pessoalmente o professor Kabengele pela primeira vez em março de 2010, em Brasília, quando eu ainda cursava o quarto período do bacharelado em Ciências Sociais. Um ano antes deste primeiro encontro, o Partido Democratas (DEM) havia tomado o caso da UnB para impetrar uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 186) alegando a inconstitucionalidade da reserva de 20% das vagas previstas no vestibular daquela universidade a serem preenchi-

das por critérios étnico-raciais. No ano seguinte, o Supremo Tribunal Federal convocou uma audiência pública para ouvir a opinião de especialistas a respeito da ação ajuizada pelo partido contra a UnB. Foi quando Kabengele recebeu o convite para falar em nome do Centro de Estudos Africanos da USP.

Lembro-me vivamente do chamado de uma colega para que não perdêssemos a fala do professor Kabengele. Saíamos em caravana da Asa Norte para a esplanada dos ministérios com intuito de acompanhar a audiência, é verdade, mas, sobretudo, para não perder a fala do icônico professor da USP. Projetávamos naquele senhor grisalho a figura de nosso avô. Nosso mais velho. Durante muito tempo, nossa única referência de antropólogo negro. Mesmo ainda sem conhecer sua obra, o professor Kabengele já alterava radicalmente nossa trajetória. Simplesmente por sê-lo quem ele era, naquele local e naquele momento histórico. Seu semblante sereno, porém firme e concentrado, passaria a fornecer à minha geração um horizonte de representatividade diante do genocídio que nos ameaçava fora da universidade e do epistemicídio que ainda hoje insiste em operar em seu interior. Sua intervenção naquela audiência segue reverberando em nós. Peço licença para ler um pequeno trecho que ainda nos constrange por sua atualidade. Dizia Kabengele:

[Eu] ingressei no Programa de Pós-Graduação em ciências sociais da Universidade de São Paulo em 1975. Fui o primeiro negro a concluir o doutorado em antropologia social nessa universidade em 1977. Por mera coincidência, esse primeiro negro era oriundo do continente africano e não do próprio Brasil. Três anos depois, ingressei na carreira docente na mesma instituição, no atual Departamento de Antropologia onde fui o primeiro e o único negro professor, desde sua fundação. Daqui a três anos, estarei compulsoriamente me aposentando, sem ainda vislumbrar a possibilidade do segundo docente negro nesse Departamento.

Creio que esta é a história dos brasileiros afrodescendentes, não apenas nas universidades, mas também em outros setores da vida nacional que exigem formação superior para ocupar cargos e postos de comando e responsabilidade. Geralmente são ausentes ou invisíveis nesses postos e cargos. Quando se tem um, é sempre o primeiro e o único,” – não vou dar exemplos constrangedores – “raramente o segundo e o terceiro”.

(Munanga, 2010: 230)

O dilema da excepcionalidade, de sempre ser o primeiro e único negro no mundo dos brancos, parece ser parte fundamental do engajamento de Kabengele nas lutas afro-brasileiras. Um olhar retrospectivo sobre sua vida e obra nos faz pensar que ele viveu no Brasil a experiência de ser duas vezes estrangeiro. Não ape-

nas estrangeiro congolês, mas também estrangeiro no interior de uma comunidade acadêmica monocromática e eurocêntrica. Pelo modo como sua trajetória foi construída em meio a um gritante isolamento racial, a biografia de Kabengele é atravessada por linhas de tensão que o aproximam a outro grande antropólogo. Faço menção aqui ao haitiano Anténor Firmin, talvez o primeiro antropólogo que soube extrair deste mal-estar da excepcionalidade o germe de uma antropologia antirracista.

Dirigindo-se à Sociedade de Antropologia de Paris, em 1885, com seu magistral livro *A Igualdade das Raças Humanas*, Firmin não se furtou de colocar em primeiro plano sua condição *noir*, correndo o risco de ter sua humanidade mesma posta à prova. Daí a sua provocação (eu o cito): “Poderia eu me abstrair da condição de meus semelhantes e me considerar uma exceção entre outras exceções?” (Firmin, 2021: 4). Kabengele, a seu turno, também não se contentou à excepcionalidade de ser o primeiro e único docente negro-africano da USP enquanto seus semelhantes brasileiros eram impedidos de acessar à Universidade. Assim, se Firmin interpelava a antropologia racista de Gobineau para lutar contra o pensamento poligenista e a suposta inferioridade congênita da raça negra, Kabengele fez de sua vida e experiência de pensamento uma luta incessante contra os ideólogos da mestiçagem e da democracia racial que, em suas palavras, fizeram do racismo no Brasil “um crime perfeito”.

O professor Kabengele retornaria a Brasília entre os dias 25 e 26 de abril 2012 para dois eventos simultâneos e absolutamente críticos para a luta em prol das ações afirmativas nas universidades brasileiras – em particular, para aquela segunda geração de cotistas da UnB. O primeiro desses eventos foi a votação da constitucionalidade da política de cotas étnico-raciais pelo STF, seguido pela inauguração da sede do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino e na Pesquisa (o INCTI). Na ocasião, eu acabara de ingressar no mestrado e começava a me organizar junto ao grupo de estudantes negros e brancos antirracistas que se mobilizavam para apresentar a primeira proposta de cotas raciais para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB.

Enquanto aguardávamos com ansiedade pela conclusão da votação no STF, Kabengele nos ofereceu uma curta palestra no INCTI cujas notas carrego comigo até hoje. Tenho fortes memórias de o quão impressionado fiquei ao ouvi-lo narrar os detalhes de sua luta inglória na USP; das inúmeras comissões e propostas não acatadas pelo Conselho Universitário já na década de 1990; da sua organização do Seminário Internacional “Estratégias de combate às práticas discriminatórias”, realizado em 1995 e publicado em formato de livro pela Edusp em 1996; e tantas outras iniciativas que entrelaçavam acadêmicos e militantes do movimento negro. A atuação do professor Kabengele já demonstrava ser incansável.

A outorga do título de professor emérito a Kabengele Munanga justamente uma semana após o Conselho Universitário da USP ter optado por um caminho conservador diante da urgência de democratização racial de seu corpo docente, torna o programa de uma “antropologia antirracista” avançado pelo nosso homenageado ainda mais atual e necessário. Em sua decisão de 22 de maio de 2023, o Conselho Universitário optou por desconsiderar a proposta do coletivo de docentes negres da USP em favor de metas de contratação de docentes Pretos, Pardos e Indígenas até que seja atingido o percentual de 37% do quadro – número este que corresponde à parcela da população negra e indígena no estado de São Paulo, segundo dados do IBGE. Ao contrário, o modelo escolhido para reparar a desigualdade racial entre o corpo docente para os certames com menos de três vagas foi o de bonificação. Ao invés de reconhecer o racismo estrutural como a real causa da baixa aprovação dos candidatos pretos, pardos e indígenas nos concursos públicos, a decisão acaba por ressuscitar o teatro das relações raciais segundo o qual negros são *a priori* considerados coadjuvantes desqualificados, ao passo que brancos são protagonistas solícitos em seus gestos de caridade e bonificação.

Enquanto Anténor Firmin foi vitorioso em seu combate ao racismo científico no final do século XIX e Kabengele Munanga desvelou o racismo presente nos discursos anti-racialistas dos séculos XX e XXI, caberá a nós isolar os ecos da supremacia branca que ainda hoje reverberam em nossas instituições. Seja por meio daqueles cujos capitais financeiro, fundiário e simbólico derivam diretamente do espólio da escravidão; seja quando ao branco segue reservado o lugar de benesse ou ajuda ao negro. Aprendemos com Kabengele Munanga que são esses mesmos corpos que hoje se colocam na posição de gestores do privilégio e mantenedores da desigualdade racial travestida de mérito. Mas, a esses, o professor Kabengele nunca deixou de dispensar toda sua generosidade e primor pedagógico. Sempre apontando, como o fez em sua marcante conferência no Congresso de Pesquisadores Negros de Uberlândia, que “numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Para encerrar, eu gostaria de lembrar que o professor Kabengele também reconhece avanços em nosso tempo, sem desconsiderar as novas trincheiras de luta. Em sua aula magna de abertura do ano letivo de 2022 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, nosso querido mestre retomou o argumento já presente em textos anteriores segundo o qual cabe aos “jovens pesquisadores negros renovar os temas de pesquisa, introduzindo questões que têm a ver com as políticas de intervenção e ampliando os horizontes do discurso sobre a situação do negro na sociedade”. Eu diria que novos nichos de pesquisa e intervenção política, tais como racismo ambiental, negroceno e afrofuturismo são apenas alguns destes horizontes renovados no Brasil em continuidade aos caminhos abertos pelos cursos de “teorias

sobre o racismo e discursos anti-racistas”, ofertados pelo professor Kabengele Munanga no Departamento de Antropologia da USP. Que a nossa geração e as futuras saibam tomar para si o legado de nosso avô. E que cultivemos a arte de nos fazer *ancestrais dos que virão*, tal como o nosso querido Kabe o fez com tanta ternura e firmeza. Obrigado, professor!

---

**Guilherme Moura Fagundes** é professor do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Possui mestrado e doutorado em antropologia social pela Universidade de Brasília, com estágio sanduíche no Laboratoire d'Anthropologie Sociale (LAS - Collège de France/EHESS).

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIRMIN, Joseph.-Auguste Antenor. 2002. “Preface”. In: *The equality of the human races: Positivist Anthropology*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press.

FIRMIN, Joseph.-Auguste Antenor. 2021 [1885]. “Prefácio à obra *The equality of the human races: Positivist Anthropology*”. Tradução de Messias Basques, *Blog Vozes Negras na Antropologia*, 2021. Disponível em <https://www.vozesnegras.com/antenorfirmin>. Acesso em 17 de jul. 2023

MUNANGA, Kabengele. 2022. *O papel da universidade na luta contra o racismo e em defesa das políticas afirmativas*. Aula magna da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de 2022. Canal USP FFLCH, 27 abr. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ycCVoldkdRE>

com/watch?v=ycCVoldkdRE Acesso em 16 jul. 2023

MUNANGA, Kabengele. 2010. “Pronunciamento em representação ao Centro de Estudos Africanos da USP”. In: *Notas Taquigráficas da Audiência Pública da ADPF 186/Recurso Extraordinário 597.285*. Brasília: Superior Tribunal Federal, pp. 229-238.

MUNANGA, Kabengele. (Org). 1999. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp.

